

# A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo<sup>1</sup>

Cilene Victor da Silva  
Dimas A. Künsch

“Me conte sua história!” Começava mais ou menos desse modo e com essas palavras a conversa, que tendia a ser longa, entre a pessoa que chegava com uma dor, uma angústia, um mal físico ou espiritual qualquer e o médico hipocrático. O objetivo perseguido durante esse momento inicial mediado pela palavra era o de provocar a anamnese, isto é, a memória, a lembrança dos acontecimentos. Não essa lembrança sem história, dos três ou quatro minutos da medicina ordinária dos nossos dias – exceções à parte, Deus seja louvado! –, que resulta de uma pergunta apressada do médico, algo assim como: “E, aí, o que está acontecendo?”.

“Me conte sua história!” O segundo objetivo era o de produzir um diagnóstico, muita conversa depois, à luz dos princípios básicos de que “a vida é breve; a arte, longa; o momento oportuno, fugidio; o juízo, difícil”. O aforismo é um dos mais conhecidos e citados de Hipócrates (460-360 a.C.), o pai da medicina, ou, melhor dizendo, o pai das

---

<sup>1</sup> Publicado, com o mesmo título e conteúdo, na revista *Líbero*, v. 18, n. 36, p. 15-25, jul./dez. 2015.

artes médicas. O remédio, se de verdade necessário, era reservado lá para o fim. A última coisa.

Sigmund Freud (1856-1939), reconhecidamente um dos maiores nomes dos estudos da psique humana, quase dois mil e quinhentos anos depois de Hipócrates, trouxe com força para dentro da psicologia o modelo da escuta, dessa escuta às vezes tão rara e difícil.<sup>2</sup> Fala-se muito, escuta-se pouco. Invenção do pai da psicanálise, a escuta? Não. Os hipocráticos já o sabiam e praticavam.

Carl Gustav Jung (1875-1961), outro gigante dos estudos do inconsciente, repete o tempo todo que quem está ali, na frente do médico, terapeuta ou curador, não é um doente, ou, pior, uma doença, mas um ser humano. É recomendado primeiro escutá-lo, auxiliá-lo para que ele conte a sua história, consolá-lo. Invenção junguiana, tudo isso? Não. Os hipocráticos procuravam agir de acordo com esses conhecimentos.

Esta, nos permitam afirmar, é uma pequena prova de que não temos nenhuma garantia de sermos melhores, mais inteligentes ou avançados que nossos antepassados. “Chegará um tempo”, contou certa vez o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, “em que teremos que recuperar, com atraso, tantas coisas que possuíamos quando nos chamavam de atrasados.”

Nos muitos livros e artigos que escreveu, Santos gosta de criticar certo modelo meio equivocadamente de ciência – e a medicina é uma ciência – que opera com tranquilidade na base da relação sujeito-objeto, fazendo do outro, da outra pessoa, não um sujeito, e, sim, uma coisa. Esse

---

<sup>2</sup> Rubem Alves, em *O amor que acende a lua* (2002), escreve que todo mundo gosta muito de aprender a falar, mas que ninguém está disposto a aprender a ouvir. Ouvir é coisa demorada, exige um tempo de dedicação ao outro. Ouvir, de verdade, pede atenção total ao outro. Por que não implantar cursos de Escutatória, como há os de Oratória?, ele se pergunta.

modelo de ciência desqualifica o que não consegue colocar na gaveta apertada de seu método. E joga para debaixo do tapete as questões que não sabe ou não quer explicar.

“Me conte sua história!” Aqui, nos espaços de atuação do médico-artista-mediador-curador hipocrático, ninguém é “paciente”. Aliás, paciente acaba até por se transformar numa palavra feia, que provoca um enorme ruído na comunicação entre o médico e a pessoa doente. Porque, enfim, esse alguém que está aí é, antes de qualquer outra coisa, uma pessoa, ser humano, gente. E cabe reconhecer a ela, em primeiro lugar, o seu direito inalienável à palavra.

Paulo Freire (2011, p. 108) tinha uma maneira muito elegante e forte de dizer isso: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra”. O direito de todo ser humano à palavra foi o que Freire mais buscou em suas práticas de alfabetização e educação libertadora. Um direito que é roubado do sujeito, do empobrecido, das pessoas comuns, que acabam por ser transformadas, nas palavras de Freire, em objetos da sociedade. Uma coisa incidente do pensamento dos outros. Um objeto pensado. Nunca um sujeito pensante. Na visão desse grande educador brasileiro, dizer a própria palavra é o que significa verdadeiramente ser livre.<sup>3</sup>

### **A narrativa põe ordem no caos**

A atitude hipocrática de reconhecer o direito sagrado da pessoa à palavra revela uma das percepções mais inteligentes de como se processa, no concreto da vida, aquilo que, com muitos autores, podemos chamar de o poder terapêutico da palavra, da fala ou, mais propriamente,

---

<sup>3</sup> “A violência começa onde termina a fala”, escreve Hannah Arendt (2008, p. 331) no contexto da crítica a toda forma de totalitarismo e, particularmente, ao nacional-socialismo, de que foi uma das vítimas, por ser judia.

da narrativa. Temos, nesse modo de ver as coisas, magistralmente apresentada, uma verdadeira teoria do conhecimento, fundada na velha e boa arte de contar histórias, a arte da narrativa.

Em texto no qual discute a origem e a importância das narrativas míticas, as primeiras e mais antigas histórias humanas que conhecemos – por isso Joseph Campbell (2005, p. 15), um dos mais importantes estudiosos contemporâneos do mito, fala do “círculo básico e mágico do mito” como fonte inesgotável de todas as nossas narrativas –, Karen Armstrong (2005, p. 8) explica que, desde sempre, contamos histórias, e que essas histórias “permitem situar nossas vidas num cenário mais amplo e nos dão a sensação de que a vida, apesar de todas as provas caóticas e arrasadoras em contrário, possui valor e significado”.

Precisamos das histórias como o corpo necessita da água para beber e do ar para respirar. Por isso, “a mitologia, da mesma forma que a ciência e a tecnologia, nos leva a viver mais intensamente neste mundo, e não a nos afastarmos dele”, continua Armstrong (2005, p. 9). As histórias oferecem sentidos para o viver. Articulam, constroem nexos entre as mais diferentes formas de se atribuir sentido às coisas.

É assim na vida dos grupos humanos e é também assim na vida dos indivíduos. No pensamento hipocrático, o mal que se instaura no corpo ou na mente de qualquer pessoa mantém ligações com o todo, com a sociedade e com o universo. Nesse modelo holístico de pensamento, jamais se pode imaginar uma separação entre corpo e alma; corpo e espírito; razão, emoção e experiência; indivíduo, sociedade e universo.

Assim, de acordo com os preceitos da medicina hipocrática, o poder terapêutico da palavra começa a existir e a revelar seus efeitos positivos lá onde alguém assume

essa palavra e, como sujeito, conta a própria história. Não é, mais uma vez, um paciente quem está diante do médico, e, sim, um agente.

O caos, o desequilíbrio, a desarmonia que o mal representa começa desse modo a virar cosmos, a representar uma ordem possível de sentidos por meio da história que a pessoa conta. O sujeito se instaura como sujeito, agente, protagonista, no ato de fazer uso da palavra e de costurar os sentidos de sua vida em desordem. No contexto da narrativa, a famosa frase de René Descartes (1596-1650), *cogito ergo sum* (penso logo existo), poderia ser lida como *loquor ergo sum* (falo logo existo).<sup>4</sup>

Para auxiliá-lo nesse verdadeiro movimento interno e externo de libertação, o médico-mediador-curador hipocrático tinha lá as suas estratégias. Ele tentava, na verdade, entrar em comunicação com a alma da pessoa, com o mais profundo dela. E, para tanto, nada melhor que o que eles chamavam de “doce persuasão”: a fala mansa e cuidadosa, a serenidade de espírito, com o objetivo de animar a pessoa, incitando-a a acreditar na possibilidade da cura, consolando-a. A música e a poesia também prestavam uma bela ajuda: uma vez instaurado o caos e a desarmonia na vida da pessoa, ela precisa de calma para reencontrar o seu eixo, tanto quanto precisa resgatar a fala e o seu lugar de fala para restabelecer a ordem e a harmonia perdidas.<sup>5</sup>

---

4 Walter Benjamin escreveu um texto, bem curtinho, cujo título alemão é “Erzählung und Heilung” (Narrativa e cura, em português). Nesse texto, Benjamin fala sobre os efeitos de se contar histórias para uma criança doente. Uma das observações de Benjamin traduz, com perfeição, o pensamento hipocrático: “Também se sabe como a narrativa que o doente faz ao médico no começo do tratamento pode tornar-se o início de um processo de cura”, ele diz (apud Baitello Junior, 2014, p. 57).

5 O que é um homem, ou uma pessoa normal? A pergunta foi feita ao

Toda essa longa e atenta conversa hipocrática – a arte da “escutatória”, antes de tudo – encerrava com um conselho: “Cuide bem do que você come”. Alimentar-se mal, comer mal e demais, sobretudo à noite, faz com que a pessoa não durma bem, não descanse de verdade, não sonhe os sonhos de que necessita para, segundo Jung, compensar, muitas vezes, os dissabores, os comportamentos e as atitudes unilaterais da vida. A arte médica hipocrática não podia, de forma alguma, se dissociar de uma dietética. “Era, portanto, com o auxílio das Musas que o médico agia sobre a alma do doente”, conta Marilena Chauí (2002, p. 156).<sup>6</sup>

### **A ordem no caos da notícia**

A ideia de que as histórias que contamos, de todos os tipos, representam uma tentativa de ordenar o caos de sentidos é recorrente nos estudos da narrativa em geral e do jornalismo em particular. É como se, por meio das histórias que os jornalistas contam, das matérias que produzem – e o jornalista é, no melhor dos sentidos, um contador de histórias sobre o momento presente –, um universo às vezes muito disparatado de sentidos começasse de alguma maneira a se organizar na mente, nos corações, na vida das pessoas e dos grupos que leem jornal, ouvem rádio ou

---

neurocientista Oliver Sacks pelo escritor e roteirista francês Jean-Claude Carrière. A resposta, segundo Carrière, teria sido a seguinte: “(...) um homem normal talvez seja aquele que é capaz de contar sua própria história. Ele sabe de onde vem (tem uma origem, um passado, uma memória em ordem) e acredita saber onde vai (ele tem projetos e a morte, no final)” (apud Garcia, 2015, p. 2). “Para Sacks”, continua Camila Lopes Garcia, na mesma página, “quando o sujeito é capaz de se situar no movimento de um relato, da narrativa, o diagnóstico é positivo – ou tecnicamente negativo para a doença”.

6 Para toda essa parte sobre a medicina hipocrática, ver “A arte médica”, em Chauí (2002, p. 145-156), em quem nos inspiramos para escrever sobre o pai da medicina.

veem TV, que navegam pelos sites, páginas e blogs noticiosos. No sentido negativo, é possível pensar que também o contrário às vezes ocorre – e, aí, a pergunta é se o que está se fazendo é jornalismo ou outra coisa, abominável, geradora de maior confusão.

Auxiliar as pessoas na difícil tarefa de se orientar em meio aos muitos fatos do presente, com seus distintos significados, ângulos possíveis de observação e entendimento, múltiplos personagens envolvidos, fontes de informação também diversas etc.: eis aí uma das tarefas primordiais do agir jornalístico, a função social que o jornalista exerce, uma das mais importantes.<sup>7</sup> Porque, desorientada, a pessoa fica sem rumo. Perde o chão de debaixo dos pés. Psicologicamente falando, cai no buraco. Entra em depressão.<sup>8</sup>

---

7 O poder de orientar-se na vida e no mundo constitui o melhor resultado possível da cura exercida pela palavra e, por extensão, da ordem de sentidos que a narrativa permite estabelecer. O romeno e estudioso de mito Mircea Eliade (1907-1986), na obra *O sagrado e o profano*, faz do sentido de orientação a base da atitude religiosa dos povos ancestrais. A orientação não se faz possível no caos. O cosmos é recriado pelo homem no momento em que ele transforma ritualmente o profano em sagrado, por meio do estabelecimento de pontos fixos, referências ou “centros do mundo” (como templos, monumentos, objetos, montanhas...). “Na extensão homogênea e infinita onde não é possível nem um ponto de referência, e onde, portanto, nenhuma *orientação* pode efetuar-se, a hierofania revela um ‘ponto fixo’ absoluto, um ‘Centro’” (Eliade, 2010, p. 26. Grifo do autor). A imagem é boa para o entendimento do jornalismo, na parte que lhe cabe no imenso território da produção de sentidos sobre o mundo e sobre a vida.

8 Há aqui um amplo campo de estudos, para se saber em que termos e até onde o nosso admirável mundo, dito pós-moderno, detentor das mais avançadas tecnologias digitais e de uma produção fantástica de informação etc., tanto quanto de pressa, correria e desorientação, não tem como destino último a farmácia da esquina. Sem falar em outros tantos lugares onde o “soma”, a droga servida a cada momento, na obra *O admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, para combater a tristeza e

O pesquisador português Nelson Traquina, apoiando-se num conceito, desenvolvido no início dos anos 1990 por Barbie Zelizer na obra *Journalists as interpretative community*, fala de uma “comunidade interpretativa”, que ele considera ser hoje “transnacional”, para se referir à “tribo jornalística” (2005).

Essa expressão, “comunidade interpretativa”, parece bem apropriada às mais nobres intenções do jornalismo, ainda que mereça algum ajuste: ver-se-á, adiante, que o jornalista é, antes, um mediador, é alguém que trabalha para que a interpretação se torne possível, e que o ato interpretativo traduz, de fato, um movimento em primeiro lugar do leitor, da audiência, do cidadão. Entre as muitas vozes que falam (polifonia) e entre os muitos sentidos que circulam pelo social (polissemia), as pessoas vão tecendo relações e postulando teias de sentidos que ajudam na arte de se orientarem na vida presente, num processo que pode ser chamado de “produção social de sentidos”.

Polifonia e polissemia, como dialogismo e intertextualidade, são termos preciosos e que nos remetem a Bakhtin (1895-1975), como deixam explícito Barros e Fiorin (1994). O professor de comunicação e escritor paranaense Cristovão Tezza comenta, num texto que escreveu sobre Bakhtin:

Nossas palavras não são “nossas” apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam (Tezza, 1988, p. 55).

---

a angústia, pode ser facilmente encontrado, ainda que caro. O “afastamento”, a que se referia Freud em *O mal-estar na civilização*, pode ser adquirido, hoje, nos templos do consumo exacerbado, tanto quanto nos regimes ditatoriais do culto à beleza, à fama, ao corpo perfeito...



Dá para lembrar o poema de João Cabral de Melo e Neto, “Um galo sozinho não tece uma manhã”:

Um galo sozinho não tece uma manhã  
Ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
E o lance a outro; de um outro galo  
Que apanhe o grito que um galo antes  
E o lance a outro; e de outros galos  
Que com muitos outros galos se cruzem  
Os fios de sol de seus gritos de galo,  
Para que a manhã, desde uma teia tênue,  
Se vá tecendo, entre todos os galos.

Medina, em *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano* (2003), diz que uma definição simples de narrativa é aquela que a entende “como uma das respostas humanas diante do caos”. O que tece o presente, fazendo disso uma arte, na visão da autora, é o jornalismo. Ela continua:

Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa –, o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as invisibilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital (Medina, 2003, p. 47-48).

Encontram-se aí, lado a lado, resumidas, as coisas sobre as quais vimos falando nas páginas anteriores: o poder da narrativa de organizar o caos em cosmos; a narrativa como expressão/constituição do humano; o sentido de orientação, ou, como expressa a autora, o afirmar-se “perante a desorganização e as invisibilidades da vida”.

## **Produção simbólica, representação**

De modo algum é possível não reconhecer a relevância, para o estudo e a prática jornalística, de outra verdade, sobre a qual insiste Medina: a produção de sentidos, que ativa a expressão do sujeito e a possibilidade de organizar o caos em cosmos, é simbólica. É representação. Não é o mundo. Não é a coisa. Não é o acontecimento. É um falar sobre o mundo. É cultura. É construção de sentido. Nesta, como em outras de suas obras, a autora se apoia na noção de cultura desenvolvida pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini, que assim se expressa sobre o modo como entende o que é cultura em seu trabalho:

Preferimos restringir o uso do termo cultura para a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido (Canclini, 1983, p. 29).

A chamada de atenção é correta e justa: os sentidos que se constroem nas histórias que se contam, além de proporcionarem a ordenação do mundo, estão bem longe de ser assépticos, ou isentos de significação para a vida do indivíduo e da sociedade. Eles podem contribuir, como defende Canclini, para administrar, renovar ou reestruturar o dado social. Podem legitimar o status quo, tanto quanto podem, numa direção contrária, contribuir para a tomada de consciência do cidadão no mundo. Podem servir aos interesses dos grupos e classes dirigentes, aos poderes estabelecidos, ao mercado e ao consumo, como podem, de novo numa outra direção, tornar menos dramática a vida no planeta e do planeta, e menos ameaçador, o futuro.

No sentido negativo, quando falamos em jornalismo, trata-se do que antes chamávamos de abominável: as histórias mal contadas, ideologicamente viciadas ou superficialmente apuradas, que mais confundem que orientam.

Essas opções, no entanto, não se oferecem ao cidadão de forma clara e límpida, sem conflitos. Não há isenção de conflitos possível. Não existem apenas anjos e aleluias nessa história, como a experiência mostra, *ad nauseam*. O social, como se sabe, é um campo de conflitos. E viver, como lembra Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas*, é perigoso.

“Só dispomos da narrativa para reafirmar a existência do mundo e para nos situarmos nele”, escreve Luiz Gonzaga Motta (2009, p. 8), para quem “nós nos contamos seguidamente histórias e mais histórias porque, afinal, nossas vidas merecem ser contadas, como observa Paul Ricoeur” (Motta, 2009, p. 1). O autor prossegue, tendo como pano de fundo a propensão humana de organizar os sentidos pela via da narrativa (*propensity to tell stories*):

A compulsão para contar histórias provém da necessidade humana de organizar a experiência e torná-la pública. Nos contamos tantas histórias porque elas representam nossas ações e situações de vida, nossa história e memória. Representam o mundo de forma coerente e compreensível. Ajudam a entender a aventura humana e organizar nossas experiências no transcurso da vida (Motta, 1969, p. 1-2).

No texto que estamos citando, Motta defende a hipótese de que, mais do que representar, a narrativa possui a força de instituir a realidade (*o story shaped world*). Apresenta, mais que representa. Chama à existência, mais do que a reproduz simbolicamente, e, o fazendo, dá sentido e organiza o mundo.

A nossa autoria de narrativas, diz J. M. Mendes, não visa o retrato racional da realidade nem o retrato da realidade racional. As narrativas não são espelhos de nada. Elas próprias produzem a realidade, a organizam tendo em vista a ação. O trabalho da narrativa é ordenar a experiência, tentar ordenar o mundo *em confronto com ele*, experimentando-o, sondando-o continuamente (Motta, 2009, p. 7. Grifo do autor).

O modo de a narrativa organizar os sentidos do mundo, representá-lo, ou, como propõe Motta, de instituí-lo, ocorre, pois, na linha do que lembra Canclini, citado antes, tanto com o intuito de administrar ou de preservar o mundo e a sociedade tal como eles se apresentam, como com o propósito de transformá-los, de humanizá-los, de fazer deles um lugar de maior cidadania, democracia, justiça, paz.

As narrativas em geral, e a jornalística em particular, afirma Motta (2009, p. 10), “explicam, ensinam, instituem o mundo, nosso mundo”, embora o caráter narrativo do texto jornalístico não seja tão evidente nem se revele facilmente, “até porque a razão jornalística, em sua pretensão de verdade, nega que narra” (Motta, 2009, p. 11). “O ato narrativo jornalístico é, na verdade, lugar de disputa pela voz, onde os antagonismos se enfrentam por versões consistentes que persuadam os destinatários” (Motta, 2009, p. 12).

### **Luiz Beltrão e o jornalismo interpretativo**

A negação da narrativa por parte do jornalismo, mencionada por Motta, só pode mesmo advir de espaços onde impera aquilo que Edgar Morin, o grande promotor do pensamento da complexidade, em várias de suas obras, costuma chamar de “inteligência cega”. Ou do mais puro reducionismo. Porque o melhor do jornalismo de todos os

tempos, aquilo que conseguiu escapar à efemeridade do instante, nunca apresentou dificuldade alguma de se ver e entender como narrativa.

Deixando até onde possível de lado a arrogante pretensão de alcançar uma verdade última, para sublinhar o valor inestimável dos contextos, das vozes e dos sentidos, dos diagnósticos e prognósticos, das histórias de vida e de toda espécie de aprofundamento, esse modelo de jornalismo – que estamos chamando de interpretativo – possui uma história já longa.

Tendo surgido há cerca de um século para fazer frente à crise da notícia, apresenta-se hoje, novamente – esta é a hipótese que defendemos –, como uma alternativa à notícia ligeira, ao factual, ao *hard news*. Mais que uma alternativa, uma urgência. Quase uma questão de sobrevivência.

Essa história é curiosa. Em agosto de 1967, numa palestra que deu por ocasião do aniversário de 20 anos da “Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero”, Luiz Beltrão (1918-1986), um dos fundadores do curso de Jornalismo da Católica de Pernambuco, em 1961 – o primeiro foi o da Cásper Líbero, em 1947 – falou sobre a importância do fortalecimento da pesquisa em comunicação e, no meio da conversa, defendeu com veemência a adoção do jornalismo interpretativo.

Beltrão se referia explicitamente à crise de um modelo de jornalismo impresso, frente ao avanço da informação noticiosa pelo rádio e pela televisão. Por que, ele se perguntava, em Brasília, os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo vendiam mais exemplares que o jornal local, o *Correio Braziliense*? E respondia:

Porque mais informativos, mais bem apresentados, com mais tradição e correspondendo melhor ao gosto do leitor, pelas técnicas de redação mais modernas, e, **sobre tudo, pela interpretação que sempre ofere-**

**cem de notícias divulgadas**, os jornais de fora gozam de mais popularidade e conceito do que o “Correio Braziliense”, a despeito de algumas vantagens que este apresenta, como, p. ex., o noticiário local atualizado. A preferência do público naturalmente recai sobre o melhor produto, norma, de resto, eminentemente comercial (Beltrão, 1968, p. 21. Grifo nosso).

Em outro trecho, Beltrão volta ao tema do jornalismo interpretativo, entendido por ele como “elementos de juízo” para dar conta dos anseios de uma “massa elevada gradativamente no campo do conhecimento”:

Enquanto os teóricos e intelectuais de gabinete se entregam a elucubrações em torno das vantagens ou dos prejuízos causados pelo rádio e pela TV, a massa se eleva gradativamente no campo do conhecimento e anseia por **elementos de juízo**, que só o jornalismo interpretativo lhe pode fornecer (Beltrão, 1968, p. 24. Grifo do autor).

Um dos pioneiros dos estudos de Comunicação no Brasil, Beltrão se ocupa, na sequência, com a explicitação do que é para ele o jornalismo interpretativo, a ser praticado pelo “agente cultural, porta-voz e condutor da massa”, o jornalista:

Não mais opiniões baseadas em escalas de valores e princípios ideológicos arquitetados pelo cérebro privilegiado de algum jornalista, filósofo ou moralista iluminado; mas dados estatísticos, entrevistas, experimentações de campo e de laboratório – fatos interpretados em sua origem e na evolução até a apresentação fundamentada das suas consequências – à base de pesquisa e observação participante do agente cultural da comunicação, porta-voz e condutor da massa, com ela misturado e não isolado e sobranceiro. Só a investigação levará o jornalista a esse câmbio, sem que se sinta frustrado pela perda de sua onisciência (Beltrão, 1968, p. 24).<sup>9</sup>

---

9 A grafia dos termos foi atualizada, basicamente no item referente à acentuação gráfica.

Anos depois, em 1976, Beltrão lançaria, pela editora Sulina, de Porto Alegre, o seu *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*, como resultado de um curso que deu sobre o tema, no ano anterior, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Na obra, ele assim descreve os contornos da interpretação em jornalismo:

A **notícia fenomênica**, de trâmite bastante elementar, requer uma tarefa muito menos complicada que a **interpretada**, em que é necessário esquadriñar sua entranha, procurando seus antecedentes melhores, e projetar uma visão futura, formulando um prognóstico atilado, sóbrio e inteligente, para não cair em demasias subjetivas (Beltrão, 1980, p. 51. Grifos do autor).

Jamais dissociando prática profissional e acadêmica, estudo e pesquisa teórica e empírica, Beltrão foi buscar no *Jornal da Tarde* de então, um dos celeiros brasileiros da (grande-)reportagem, a aplicação dos princípios e técnicas do que ele chamava, com todas as letras, de jornalismo interpretativo. Uma das matérias analisadas, distribuída por seis páginas, falava do fim da guerra do Vietnã. As outras duas, também extensas (distribuídas em quatro e em três páginas, respectivamente), tratavam, a primeira, do tema do salário mínimo e a segunda, da crise política em Portugal.

### **Crise de informação na pátria da notícia**

São tantas as árvores, que já não se consegue mais visualizar o bosque. *Vor lauter Bäume, sieht man den Wald nicht mehr*, em alemão. Transposto para a história atual do jornalismo, o provérbio alemão ficaria mais ou menos assim: temos muita informação, até demais, mas quem é que consegue ver e entender o que está acontecendo? Ou, de outra maneira: de informação também se morre..., paradoxalmente, na ignorância.

O paradoxo de se dispor de muita informação e, ao mesmo tempo, se sentir desinformado, desorientado, pode até ser muito mais intenso nos dias que correm por causa das múltiplas facilidades tecnológicas, mas não é novo. Essa situação inusitada gerou uma demanda por jornalismo em profundidade, nos Estados Unidos, a chamada pátria da notícia, já no início do século XX.

Essa sensação ruim de perda de orientação, como resultado de muita informação e pouco nexos entre as notícias, de pouca conversa entre uma narrativa e outra, uma informação e outra, se reforçou de maneira especial durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como escrevem Medina e Leandro, em *A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo*. Era como se o mundo tivesse enlouquecido e as pessoas não soubessem bem por quê.

Publicada em 1973, a obra – que durante muitos anos serviria como espécie de manual para os cursos da disciplina Jornalismo Interpretativo criados no período (ao lado das categorias da Informação e da Opinião) –, revelava que o jornalismo impresso brasileiro estava se dando cada vez melhor com a reportagem, ou jornalismo de profundidade. As duas mais importantes escolas da reportagem do País, a revista *Realidade* e, como já anotado, o *Jornal da Tarde*, nascidos ambos na segunda metade da década anterior, arrebatavam literalmente os corações dos públicos mais exigentes, desejosos de conhecer o Brasil e as mudanças que dentro e fora do País estavam se processando.

A época, portanto, desde o início do século e, sobretudo, nos Estados Unidos, era de grandes mudanças, também nos espaços da produção jornalística. E culminaria em uma resposta, das mais brilhantes, à forte demanda do cidadão por informação de qualidade e em profundidade.



Já não bastava a notícia, com sua gramática, estabelecida no século XIX, do *lead* e da pirâmide invertida.

A fórmula notícia – cujo papel é “informar de maneira rápida, clara, precisa, exata, objetiva” – vinha sendo criticada, com ênfase cada vez maior, desde a virada do século, não exatamente por ser ruim, mas, principalmente, por ser em geral “superficial, incompleta” (Lima, 2009, p. 17). Com o tempo, desenvolveu-se a chamada “notícia redonda”, menos ligeira e superficial, mas ainda incapaz de responder às críticas. No início do século XX, nasce a reportagem, como “ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual”, e daí a grande-reportagem e o livro-reportagem (Lima, 2009, p. 18).<sup>10</sup>

A reportagem começa a se esboçar definitivamente no jornalismo atrelada a um novo veículo de comunicação periódica criado nos anos 1920, e a uma nova categoria de prática da informação jornalística, que tem seus primeiros passos definidos também nessa época: a revista semanal de informação geral e o *jornalismo interpretativo* (Lima, 2009, p. 18. Grifo do autor).<sup>11</sup>

---

10 Seria possível perseguir essa história do nascedouro da reportagem também no Brasil, a começar pelo lançamento do clássico *Os sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902. João do Rio, nas primeiras décadas do século XX, desempenha um dos papéis mais brilhantes nessa história, registrado nos vários livros que publicou. A história de um e de outro e seus significados para uma trajetória da reportagem pode ser acompanhada em Lima (2009, p. 211-224). Fora do Brasil, não há como não mencionar John Reed, com seu livro-reportagem *México rebelde* (1914), sobre a revolução mexicana, e, principalmente, com *Os dez dias que abalaram o mundo* (1919), sobre a revolução russa de 1917, considerado um dos melhores trabalhos jornalísticos do século XX. Ao contrário do que alguns estudos tentam fazer crer, a boa e grande reportagem não nasceu nos anos 1960, com o fenômeno conhecido como *New Journalism*.

11 A primeira revista semanal de informação geral foi a *Time*, lançada nos Estados Unidos, em 1923, por Henry Luce e Briton Hadden. O mo-

Na década de 1930, Curtis MacDougall lança nos Estados Unidos um clássico do jornalismo interpretativo, a obra *Interpretative reporting*, em que alerta para “uma crescente demanda por noticiário em profundidade”, como escrevem Medina e Leandro. O jornalismo, nas palavras dos dois autores brasileiros, devia mostrar os bastidores das ações, relatar as notícias dentro da moldura da vida e das experiências do leitor, apontar o sentido dos fatos e as perspectivas das notícias diárias, o significado das ocorrências, a relevância das correntes dos acontecimentos (Medina e Leandro, 1973, p. 13).

Movidos, na época, por uma forte razão de natureza racionalista – o jornalismo interpretativo era visto, basicamente, como a informação explicativa ou analítica<sup>12</sup> –, e tendo buscado em Marx, Nietzsche e Freud subsídios para uma teoria da interpretação, os autores assinalavam que fazer jornalismo interpretativo é “não se contentar com um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas buscar um aprofundamento” (Medina e Leandro, 1973, p. 15).

Eles distinguiam, então, entre interpretar e opinar, entendendo a interpretação como “o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atua nele – não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz em jornalismo opinativo” (Medina e Leandro, 1973, p. 16).

Aqui, nesse primeiro esforço brasileiro de entender o que pode vir a ser a interpretação, “o sentido de um fato” (a palavra “sentido”, curiosamente, no singular) ainda é

---

delo foi sendo copiado mundo afora. No bojo dessas mudanças nasceu no Brasil, em 1929, a revista *O Cruzeiro*, ilustrada, ocupada em fazer reportagem.

12 Ver em “Poética da interpretação” (Medina, 2003, p. 125-136) a leitura que Medina faz dos esforços empreendidos trinta anos antes, junto com Paulo Roberto Leandro, para entender a interpretação.

“determinado”, supostamente, pela pessoa do jornalista-repórter. Não é bem isso que jornalismo interpretativo significa, uma vez que o sujeito da interpretação não pode ser outro que o próprio cidadão.<sup>13</sup> Mas as ideias-chave da ampliação e do aprofundamento, bem como da centralidade do humano na produção da informação de atualidade, estão aí. Em *Notícia, um produto à venda*, publicado em 1978, Medina retomaria o assunto:

As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande-reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a reportagem leva a um quadro interpretativo (Medina, 1988, p. 115).

### **Jornalismo interpretativo hoje**

Que oportunidades teria hoje o jornalismo interpretativo, nada menos que cem anos depois de seu nascimento e numa época como esta nossa, em que o velho, bom e sempre necessário jornalismo atravessa um período de forte crise, pelas razões que mais ou menos se conhecem?

Duas precisões se fazem de início necessárias. A primeira é a que aconselha a distinguir entre o que se anuncia como um provável fim do velho modelo de produção e distribuição da informação (o modelo da comunicação de massa, para simplificar), de um lado, e, de outro, o lugar e a importância social e política do jornalismo. A possível

---

13 Uma visão atual e abrangente do jornalismo interpretativo pode ser encontrada em *Páginas ampliadas* (Lima, 2009), que, entre outros temas interessantes, traz um amplo estudo sobre o *New Journalism* e, no caso brasileiro, a revista *Realidade*.

morte do primeiro não precisa ter nada a ver com uma ameaça à vida do segundo.

A produção e disseminação de informações, notícias e dados são direta e, ora, positivamente impactadas pelo avanço tecnológico no campo da ciência da informação. Atrelado a novas tecnologias, esse modelo mudará a cada instante sem, no entanto, alterar a essência e o papel social do jornalismo.

E, aí, já estamos na segunda precisão necessária: a de que a palavra crise, originalmente grega, não tem a ver com desgraça, morte e fim. A crise é, sim, um momento de se tomar decisões, eleger novos caminhos, saber separar o que presta do que não presta, o que valia no passado e já não vale hoje do mesmo modo. Nesse sentido positivo, a reação mais sensata talvez fosse: “Viva a crise! Que venha a crise!”

Mas a gente sabe que, na vida, as coisas não são bem assim. Períodos de mudança causam dores e sofrimentos. A criança que está para nascer virá certamente ao mundo acompanhada das dores do parto. Daí por que é importante saber avaliar bem o momento, escutar, exercitar o pensamento crítico. Nas aulas que damos para estudantes do quarto ano de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, temos nos negado veementemente a abrir espaço para o pessimismo.

E imprimimos ainda mais otimismo ao nosso olhar, quando o editor do *Washington Post*, Marty Baron, falou sobre a existência e a continuidade do mercado para o jornalismo em profundidade. Baron lembrou que a narrativa jornalística mudou muito com a interatividade, com o uso de diversas ferramentas em um único texto, mas que isso não inibe nem reduz a arte de contar boas histórias (Folha de S.Paulo, 2015). De tecer sentidos, nós diríamos.

Ainda que não dê para desenvolver mais ampla-

mente o assunto neste espaço – prometemos fazê-lo logo, logo, em textos como este e possivelmente num livro –, podemos adiantar que, hoje mais do que nunca, parece que a palavra que cura (para lembrar Hipócrates, evocado no início), ou a narrativa que põe ordem no caos da notícia, só pode vir da fértil seara do jornalismo interpretativo. Do jornalismo em profundidade. Do jornalismo de reportagem. Do jornalismo de autor.

Os nomes podem ser muitos. A tarefa, tendo ficado para trás em grande parte o tempo de se encarregar da pura notícia, do *hard news*, é a mesma. A resposta também parece ser a mesma que foi dada, lá atrás, quando as pessoas perceberam que, de tanta árvore, não conseguiam mais ver o bosque: tecer sentidos, contextualizar a informação, ampliá-la no tempo e no espaço, enquadrá-la no território inegociável do humano... Se para Marques de Melo (2010) precisamos resgatar a dimensão humana dos fatos, construindo narrativas mais próximas dos sujeitos produtores de sentido, para nós, a dimensão humana será o norte do jornalismo que vislumbramos construir.

Quem disse que o tempo de fazer isso já passou?

## **Referências**

- ARENDDT, Hannah. Compreensão e política (As dificuldades da compreensão). In: **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 330-346).
- ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura**. São Paulo: Paulus, 2014.
- BARROS, Diana Luz Pessoa e FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.
- BELTRÃO, Luiz. A pesquisa dos meios de comunicação e a universidade. In: FACULDADE CÁSPER LÍBERO. **Panorama atual da pesquisa em comunicação**. São Paulo: Faculdade Cásper

Líbero, 1968, p. 17-28.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**: filosofia e técnica. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 10ª edição. São Paulo: Cultrix, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. A arte médica. In: **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Camila Lopes. O Facebook e a terceirização do narrador: uma análise sobre as ferramentas “A look back” e “On this day”. Texto apresentado ao V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura (V Comcult). São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 11 e 12 de novembro de 2015.

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

KÜNSCH, Dimas A. No princípio era a pesquisa em comunicação. In: ARAGÃO, Iury Parente; MORAIS, Osvaldo J. de; JACONI, Sônia (Orgs.). **Fortuna crítica de José Marques de Melo**: teoria e pedagogia da comunicação. São Paulo: Intercom, 2013, p. 17-28. Coleção Fortuna Crítica, vol. 2.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª edição. Barueri, SP: Manole, 2009.

LORES, Raul Juste. Jornalismo aprofundado tem mercado, diz editor do ‘Washington Post’. **Folha de S.Paulo**. 2 de maio de 2015.

MARQUES DE MELO, José. **A pesquisa em comunicação**: origens, evolução, tendências. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 1968.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação social**: teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de

- (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.
- MEDINA, Cremilda de Araújo; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo**. São Paulo: Edição dos Autores, 1973.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. 2ª edição. São Paulo: Summus, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, Universidade de São Paulo, nov. 2009. Disponível em: <[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/luiz\\_gonzaga\\_motta.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/luiz_gonzaga_motta.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2015.
- TEZZA, Cristovão. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin". In: FARACO et al. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988, p. 55-93.
- TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Teorias do jornalismo. vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.

